



MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Certidão de registro ou inscrição junto ao CREA ou CAU da Proponente e do Responsável Técnico, dentro do prazo de validade. Para o fim de comprovar o(s) registro(s) do(s) responsável (eis) técnico(s), também será aceita certidão de registro ou inscrição da empresa onde conste(m) o(s) nome(s) do(s) responsável (eis) técnico(s).

2. Comprovação de aptidão (capacitação técnico-profissional) para a realização das obras e serviços objetos da presente licitação, relativas às parcelas de maior relevância, conforme abaixo relacionadas, através de atestados de capacidade técnica acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico, demonstrando a execução, por seus profissionais de nível superior, de obras e serviços de características similares com o objeto da licitação. Para tal comprovação, será(ão) aceito(s) atestado(s) contendo as seguintes atividades de maior relevância e valor significativo (Súmula nº 23 – Tribunal de Contas do Estado de S. Paulo), conforme segue:

2.1. Execução de obras e serviços, constando, no mínimo:

I	Execução de instalações hidro sanitárias e de combate à incêndio.
II	Instalações hidráulicas
III	Instalações elétricas completas, médio porte, compreendendo o fornecimento e instalação de transformador.
IV	Sistema de ar condicionado
V	Execução e montagem de sistema de gases medicinais

2.2 Os atestados referidos acima deverão ter sido emitidos na conformidade do enunciado na Súmula 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

2.3 As parcelas indicadas como sendo de maior relevância, para fins de comprovação de qualificação técnica estão de acordo com a Súmula nºs. 23 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

2.4. Os profissionais indicados pela proponente para fins de comprovação da capacidade técnica, deverão participar efetivamente da obra ou serviço, admitindo sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo gestor do contrato.

3. Declaração expressa e formal da disponibilidade das máquinas e equipamentos necessários para a realização do objeto licitado, à época de sua utilização e durante o prazo de duração do contrato, sob pena das sanções cabíveis.

4. Declaração de que, se vencedora do certame, providenciará, até a assinatura do contrato, as instalações necessárias para execução dos serviços licitados.

5. Declaração da licitante assinada por seu representante legal, informando que não participará desta licitação e da execução de seu objeto, direta ou indiretamente: o autor dos projetos, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos moldes do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993.

6. Declaração de que cumprirá, caso seja a vencedora do certame e se for compatível com o objetivo licitado, o estabelecido nas Leis Municipais nºs. 2.313 de 24/11/2009 e 2.529 de 04/04/2011 e também o disposto no Decreto Municipal nº 2.347 de 27/08/2010.

7. As empresas licitantes deverão apresentar composições de todos os preços unitários (CPU), de todos os itens da planilha, inclusive com a indicação e composição completa do B.D.I. e Encargos sociais adotados. Os cálculos do BDI deverão obedecer ao Acórdão 2.622/2013 com redação final dada pelo Acórdão nº 2.440/2014 – Plenário. A não apresentação implicará na desclassificação da licitante.

8. A proposta de Preços deverá conter Planilha Orçamentária e Cronograma, conforme modelos anexos. O critério de aceitabilidade dos preços unitário e global obedecerá ao disposto no art. 40 – inciso X da lei nº 8.666/93, ou seja, não poderão exceder aos das planilhas indicadas pela Prefeitura para a presente licitação.

9. Declaração de Visita Técnica:



MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

9.1. A Licitante deverá realizar visita técnica aos locais das futuras obras, para conhecimento dos locais, bem como de todos os fatores que possam vir a interferir na execução das futuras obras, a fim de assumir responsabilidades futuras, com referência às condições existentes, bem como das futuras proposições.

9.2. A vistoria deverá ser realizada, mediante prévio agendamento junto a Secretaria de Saúde para acompanhamento, através do email pmhsaude@hortolandia.sp.gov.br, que, ao final, assinará a Declaração de Visita Técnica, que deverá ser preenchida pelas licitantes, conforme modelo anexo.

9.3. A Licitante deverá apresentar no envelope 1 – Habilitação a Declaração de Visita Técnica, responsabilizando-se integralmente pela veracidade das informações ali prestadas (modelo anexo A).

9.4. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços objeto da contratação.

10. Será permitida a subcontratação de até 30% (trinta por cento) dos serviços contratados, exceto os serviços indicados como parcelas de maior relevância e valor significativo para a comprovação da qualificação técnica, desde que precedida de autorização expressa e escrita do gestor e do fiscal do contrato, com relação aos serviços que poderão ser subcontratados, sendo que a subcontratação se dará sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais do contratado.

11. Será permitida a formação de consórcio formado por, no máximo, duas empresas.

10. OBSERVAÇÕES

10.1. O critério de julgamento das propostas comerciais será pelo menor valor global e o regime de execução será de empreitada por preços unitários.

10.2. Todas as medições serão realizadas a cada 30 (trinta) dias e deverão ser acompanhadas das memórias de cálculo de todos os serviços medidos..



MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA

10.3. Os pagamentos serão efetuados em até 5 (cinco) dias úteis após a liberação dos valores pelo agente financeiro conveniado.

10.4. Após 12 (doze) meses os preços poderão ser reajustados conforme índice a ser definido pela Secretaria de Finanças, tendo como base a data da apresentação das propostas.

10.5. Os valores das medições mensais deverão ser no mínimo, iguais aos valores das parcelas apresentadas no cronograma físico-financeiro, sob pena de pagamento de taxa de medição extra, cobrada pelo agente financeiro. Caso haja necessidade de pagamento da citada taxa, seu valor, a ser definido pela Caixa Econômica Federal, será repassado à CONTRATADA.

10.6. A CONTRATADA deverá efetuar a matrícula da obra no Cadastro Específico do INSS – CEI – junto à Receita Federal e apresentar a comprovação do recolhimento das respectivas contribuições a cada medição e antes do pagamento. O recebimento definitivo do objeto contratado ficará condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, da Certidão Negativa de Débitos – CND – da referida CEI.

10.7. Prazo de execução – 18 meses.

11. ANEXOS

11.1. – MODELO – Declaração de Visita Técnica – Anexo A

11.2. - MODELO - Memória de Cálculo de medição – Anexo B

11.3. - MODELO - Diário de Obra – Anexo C